



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

MARIANA DINIZ BALBINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL:
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL**

Brasília - DF

2018

MARIANA DINIZ BALBINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL:
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional.

Professor Orientador: Ms. Rafael Garcia Barreiro

Brasília – DF

2018

MARIANA DINIZ BALBINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL:
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre, Rafael Barreiro Garcia

Orientador(a)

Dra. Rosana Maria Nascimento Castro

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

Aprovado em:

Brasília, 03 de dezembro de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

BALBINO, Mariana Diniz.

Políticas públicas LGBTI+ no Brasil: contribuições da Terapia Ocupacional/ Mariana Diniz Balbino; Orientação da Prof. Ms. Rafael Barreiro, Brasília – DF, Universidade de Brasília (X pág.).

Palavras chave:

Monografia – Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Ceilândia, 2018

I. BALBINO, M.D. II. Políticas públicas LGBTI+ no Brasil: contribuições da Terapia Ocupacional.

Cessão de Direitos

Nome da autora: Mariana Diniz Balbino

Título do Trabalho de Conclusão de Curso: Políticas públicas LGBTI+ no Brasil: contribuições da Terapia Ocupacional.

Ano: 2018

Documento formal, concedendo à Universidade de Brasília a permissão para reprodução de cópias desta monografia e para empréstimos ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. A autora reserva para si outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Mariana Diniz Balbino

e-mail: mariana.diniz.balbino@gmail.com

Dedico a toda população LGBTI+, as mona, as mina, as bicha, as sapatão, xs trans, aos viados, a todxs que já foram, aos que são e aos que serão resistência!

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho se dá graças à colaboração e ao apoio que recebi durante todo o percurso da graduação, esse caminho que não foi nada fácil, mas que me trouxe pessoas maravilhosas.

Primeiramente, meus sinceros agradecimentos a Deus, que sempre guiou meus passos e me permitiu estar exatamente aonde estou.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe Maria de Lourdes, que sempre foi a minha maior incentivadora e inspiração de vida. Agradeço também a minha irmã querida, Kelly Christina por estar sempre disposta a me ouvir e me encorajar nos momentos difíceis. A minha sobrinha Valentina Diniz, que sempre aquece meu coração com seu amor e sua inocência. A minha avó Benedita Diniz, a qual dedico este trabalho em sua memória. Agradeço a minha tia Rita de Cassia por ser uma fonte de inspiração no âmbito acadêmico. Agradeço minha avó Margarida de Souza por seus conselhos sábios, por todas as preocupações e demonstração de amor, sempre!

Agradeço aos meus amigos que estão presentes desde o início dessa jornada acadêmica, são eles Laryssa Gabriely, Alexandre Martins e Isadora Siqueira.

Aos meus queridos e amados amigos da UnB, Ana Mizue, Danyelle Martins, Gabriela Melo, Gabriela Vieira, Gabriele Lima, Maria Gabriela, Pamella Thays, Carlos Henrique, Maria Luísa e Uguiarlem que contribuíram para a manutenção da minha saúde mental dentro desse ambiente adoeecedor da universidade. E em especial ao amor da vida que tive o prazer de conhecer durante esse percurso, Joyce Nascimento, por toda a entrega, por permanecer e por tanto amor.

Aos docentes da Universidade de Brasília, em especial a Ana Cristina, Flávia Mazitelli, Grasielle Tavares, Andrea Galassi, Josenaide Engracia, Daniela Rodrigues, Miriam Senghi, Rosana Castro, Priscila Almeida e ao meu orientador Rafael Barreiro por toda paciência, por todos os encontros, discussões e compartilhamento de saberes.

A todos os trabalhadores do campus da Faculdade de Ceilândia.

E por fim a todxs xs LGBTI+ que foram e que são símbolo de resistência no mundo inteiro.

“A escuridão não pode expulsar a escuridão, apenas a luz pode fazer isso. O ódio não pode expulsar o ódio, só o amor pode fazer isso.” (Martin Luther King JR)

RESUMO

Ao final dos anos de 1970, com o surgimento de movimentos sociais, a população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersex (LGBTI+) buscam igualdade de direitos civis, políticos, sociais e humanos, essa população que ainda na atualidade é vítima de muito preconceito, discriminação e tem seus direitos omissos pelo Estado. Esta pesquisa tem como objetivo traçar um panorama histórico das conquistas de políticas públicas voltadas para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersex + no Brasil, assim como os desafios ainda enfrentados na busca ao direito de políticas públicas para esse público em questão e como a Terapia Ocupacional pode atuar na assistência social, visando a garantia dos direitos sociais as minorias, na minimização dos impactos sofridos, causados por preconceito com essa população, no processo de aceitação da corporeidade, nos papéis ocupacionais e no seu cotidiano. Nota-se um ganho na conquista da agenda pública e alguns avanços tímidos em relação as políticas públicas, paralelo a isso é preocupante o aumento das violências sobre esse público, sendo crescente a taxa de homicídios, de suicídios, de violência física, psicológica, sexual e outras. É perceptível também como a Terapia Ocupacional é uma profissão que deve se adentrar em questões da sexualidade e gênero, visto que o ser humano é composto por essas questões em sua vida.

Palavras-chave: Políticas públicas. LGBTI+. Terapia Ocupacional social.

ABSTRACT

At the end of the 1970s, with the emergence of social movements, the population of lesbians, gays, bisexuals, transsexuals, transgenders, intersex (LGBTI +) seeks equality of civil, political, social and human laws, population is still victim of much prejudice, discrimination and have their rights omitted by the State. This research aims to draw a historical overview of the achievements of public policies aimed at the population of Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual, Travesty, Transgender, Intersex + in Brazil, as well as challenges still faced in the search for the right of public policies to this public in question and how Occupational Therapy can act in social assistance, aiming at guaranteeing social rights to minorities, minimizing the impacts suffered, caused by prejudice with this population, in the process of acceptance of corporeality, in occupational roles and in their daily. There have been some advances in the conquest of the public agenda and some timid advances in relation to public policies. Parallel to this, the increase in violence against this public is worrying, with the rate of homicides, suicides, physical, psychological, sexual and other forms of violence still rising. It is also noticeable how Occupational Therapy is a profession that must dwelve into issues of sexuality and gender, since the human being is composed of these issues in his life.

Key- words: Public policy. LGBTI +. Occupational Social Therapy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

COFFITO - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

HIV – vírus da imunodeficiência que causa a doença AIDS

IST – Infecção sexualmente transmissível

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersex e outros

OMS - Organização Mundial de Saúde

PLC - Projeto de Lei da Câmara

PND CDH/LGBT - Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

PNDH - Programa Nacional dos Direitos Humanos

SDH/PR - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SUMÁRIO

Apresentação	11
1.Acontecimentos repercutidos do Movimento LGBTI+ no mundo	12
2.Trajatória dos movimentos políticos LGBTI+ no Brasil	13
3.Concretização de uma política nacional LGBTI+.....	16
4.Terapia Ocupacional e a população LGBTI+	19
5.Qual o papel profissional da Terapia Ocupacional na garantia de direitos as pessoas LGBTI+?	20
Considerações Finais	21
Referências	23
Anexos	
Anexo A.....	27
Anexo B	30

APRESENTAÇÃO

Este ensaio crítico é referente ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia como requisito para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional. De acordo com Severino (2007), o ensaio crítico deve ter embasamento teórico, coerência e o autor tem autonomia para expor sua posição diante do tema abordado. O Brasil foi o universo delimitado para a pesquisa, sendo adotada a estratégia de buscar políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no país e a atuação da Terapia Ocupacional com este público alvo.

Os objetivos desta pesquisa foram traçar um panorama de conquistas das políticas públicas voltadas para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersex + no Brasil e a contribuição da Terapia Ocupacional para esse público e em suas conquistas.

A nomenclatura escolhida para ser utilizada nesse trabalho foi Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Intersex e outros (LGBTI+), que engloba a população intersex e abrange outras orientações, identidades e expressões de gênero, apesar de todas as referências bibliográficas usadas nesse ensaio utilizarem a nomenclatura Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgênero (LGBT).

O interesse pelo tema desse ensaio crítico surgiu a partir de uma inquietude pessoal como estudante de uma universidade pública, mulher, lésbica e negra visto que dentro do currículo da graduação em Terapia Ocupacional, a temática de políticas públicas voltadas ao público LGBTI+ não possui uma inserção direta em disciplinas que trabalham questões acerca de marcadores sociais, bem como a atuação prática da Terapia Ocupacional com essa população, no resguardo dos direitos sociais á minorias, no cotidiano, nos papéis ocupacionais¹, no enfrentamento dos preconceitos, entre outros assuntos.

As críticas abordadas nesse ensaio, mostram a importância de políticas públicas para esse público em questão, no qual é visto como uma população que ao se assumir LGBTI+ está sujeita a prejulgamentos e estigmas por serem caracterizadas como transgressoras da heteronormatividade² e acabam sofrendo preconceito em suas diversas esferas sociais, seja no ambiente laboral, seja no contexto familiar, no ambiente acadêmico, entre outros, afetando assim os seus papéis ocupacionais (MURASAKI; GALHEIGO, 2016).

É importante discutirmos o papel da Terapia Ocupacional, definida como “uma profissão de nível superior da área da saúde, da assistência social, da educação e da cultura” (GOMES et. al., 2015, p.5).

Melo, Monzeli e Leite JR (2018) trazem que o Terapeuta Ocupacional tem um olhar humanizado no qual é possível observar como o cotidiano do indivíduo se desenvolve através das suas experiências práticas e são influenciados por vários outros fatores culturais, históricos, socioeconômicos, marcadores identitários que os colocam ainda mais excluídos de um senso comum de normatividade.

Segundo Leite JR e Lopes (2017) a profissão atua com o cotidiano, com as singularidades do sujeito e com os diferentes estilos de vida, o que engloba a população LGBTI+, por isso é necessário observar a construção do Movimento LGBTI+ e o percurso de construção das políticas públicas para a reflexão do papel da Terapia Ocupacional com esse público.

1. Acontecimentos repercutidos do Movimento LGBTI+ no mundo

A história do movimento LGBTI+ é permeada por marcos mundiais, como a Revolta de Stonewall, ocorreu em 28 de junho de 1969, em Nova York, marcada pela revolta da população LGBTI+ contra a ação da polícia que prendiam pessoas homossexuais, provocando uma mobilidade de resistência contra essas ações violentas que durou cerca de uma semana, tornando-se um marco importante para a população LGBTI+ em busca dos seus direitos, e consolidando posteriormente no dia 28 de junho o dia mundial do Orgulho LGBTI+. Outro marco foi a criação do símbolo LGBTI+, por Gilbert Baker para a Gay and Lesbian Freedom Day March, em San Francisco, EUA, tornando-se o principal símbolo da população LGBTI+ no mundo (REIS, 2018).

Ainda segundo Reis (2018), a epidemia de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) que ocorreu na década de 1980, foi taxada inicialmente como “Câncer Gay”, pois trata-se de uma doença sexualmente transmissível, que ataca o sistema imunológico do corpo que se auto degrada, atingindo em sua grande maioria no início da epidemia a população gay, a qual enfrenta até os dias atuais estigmas e preconceitos com relação a AIDS.

Com o investimento em pesquisas e na incorporação de políticas voltadas para a

¹ Conjunto de comportamentos esperados pela sociedade, moldados pela cultura.

² Termo utilizado para marginalizar orientações sexuais diferentes da heterossexual.

saúde da população LGBTI+, em 1993, a Organização Mundial de Saúde (OMS) desclassificou a homossexualidade como doença. Em 2001, na Holanda entrou em vigor a primeira legislação acerca do casamento de pessoas do mesmo sexo. E em Brasília, em 2008 ocorreu a I Conferência Nacional GLBT, tendo como objetivo uma maior visibilidade para a população e a busca de direitos e igualdade, onde foi decidido que a letra L da sigla ficaria antes da G, dando assim maior visibilidade para o público lésbico desse movimento (REIS, 2018).

Esses são alguns dos marcos que demonstram a trajetória política de movimentos pela luta da questão LGBTI+, trazendo um melhor entendimento na busca de direitos e igualdade para essa população no Brasil.

2. *Trajetória dos movimentos políticos LGBTI+ no Brasil*

O movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersex (LGBTI+) iniciou-se no Brasil no final de 1970, e paralelo a isso, surgiram e foram também potencializados vários grupos de movimentos sociais em prol dos direitos humanos na sociedade brasileira, que lhes eram omitidos dando maior visibilidade política. O Grupo Somos é o pioneiro reconhecido na luta homossexual, que discute a homossexualidade como tema político atualmente por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero e intersex (BRASIL, 2013).

A população LGBTI+ se fortaleceu e entrou na pauta da agenda pública depois do Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais, em 1980, ganhando visibilidade diante do Estado com a criação de políticas públicas voltadas para o tratamento do HIV (vírus da imunodeficiência que causa a AIDS)(MOLINA, 2011), das quais até a atualidade o programa de IST/HIV do Ministério da Saúde é referência mundial no tratamento, sendo o primeiro país a disponibilizar os medicamentos gratuitos para a população (BRASIL, 2017).

O público LGBTI+ foi estigmatizado em relação a AIDS, que no seu início atingiu com mais força os homens homossexuais, depois afetando os bissexuais, travestis e transexuais. Sendo estereotipados e associados na maioria das vezes a promiscuidade, sendo essa uma visão reducionista e errada, visto que pessoas heterossexuais também podem ter esse tipo de comportamento (REIS, 2018).

De acordo com Ferrari (2004):

“Ante a exigência de se organizar contra a doença, os movimentos gays

reafirmaram a importância da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas, dando origem a diferentes cursos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS, assim como trabalhos e projetos de assistência a pessoas infectadas pelo HIV” (p.3).

A promulgação da Constituição em 1988, garantiu a população LGBTI+ uma maior visibilidade, na qual em seu art.5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (caput), e no seu art. 3º proíbe qualquer tipo de preconceito, em respeitabilidade de “origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (inciso IV) (BRASIL, 1988).

Por mais que a Constituição agregue a legitimidade dos direitos a essa população, o estado brasileiro é omissos quanto ao seu dever para com a população LGBTI+, visto que o país não criminaliza a LGBTfobia e está no ranking de homicídios violentos contra esse público, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06 que se trata da criminalização das diferentes formas de preconceito em âmbito nacional está arquivado e não foi aprovado. Outra falha é a espera desde 2013 pela regulamentação do Congresso Nacional para a união estável de casais do mesmo sexo/gênero para garantir a segurança jurídica dessas pessoas. O preconceito e o estigma são claramente visualizados na Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde que cria um “impedimento temporário” para homens homossexuais no procedimento de doação de sangue, o que interfere diretamente na queda de estoque nos bancos de sangue do país (REIS, 2018). O que demonstra que ainda existe um caminho longo a ser percorrido ainda na luta por igualdade de direitos.

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, foi criado através de uma medida provisória (BRASIL, 2001), é um marco importante que compõe a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com os objetivos de “atender uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro e com a finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT” (BRASIL, 2001, s/p.). O Governo Federal por meio de um Decreto (BRASIL, 2010) instituiu uma nova habilitação ao CNCD/LGBT, que “passa a ter como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de LGBT” (BRASIL, 2010, s/p.).

De acordo com Pereira (2016), a visibilidade dentro das pautas governamentais teve um progresso na década de 1990 (ANEXO 1), com o presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), que

resultou na criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e com a evolução das políticas públicas voltadas para o tratamento do HIV, tornando o país referência mundial ao combate da doença.

A partir do Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, nos anos 2000 a população LGBTI+ avança um pouco mais nas pautas de agenda pública, sendo então ampliado a Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais investimento em recurso e estrutura, a pauta LGBTI+ passa a ser parte dessa Secretaria. Em 2004, o Governo Federal e lideranças LGBTI+ realizam uma parceria que dá origem ao Programa Brasil sem Homofobia (PEREIRA, 2016).

Outro resultado da parceria entre o Governo Federal e a população LGBTI+ em 2008, foi a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) na época, foi convocada através do Decreto presidencial de 28 de novembro de 2007, sendo assim um marco importante para a elaboração e construção de políticas públicas para essa população, que acontece até a atualidade (MELO; BRITO; MAROJA, 2011).

Seguindo a linha cronológica dos acontecimentos, em 2009 ocorreu o lançamento do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH/GLBT*, que visa à garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania, sendo dividido em dois eixos estratégicos, o primeiro eixo Promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT e o segundo eixo Implantação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT (BRASIL, 2009). Nesse mesmo ano, houve a publicação do Decreto nº 7.037 que cria o *Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – (PNDH 3)*.

No ano seguinte, em 2010, ocorreu a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBTI+, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, sendo nesse mesmo ano implementado o Conselho Nacional LGBT, com atuação paritária do governo federal e da sociedade civil (MELO; BRITO; MAROJA, 2011).

Percebe-se então que a população LGBTI+ no Brasil vem alcançando ao longo dos anos uma ampliação de políticas públicas, mesmo que ainda com dificuldades, essas pautas têm ganho espaços na agenda pública das políticas nacionais (FRANCO, 2017). Entretanto, é importante ressaltar que as políticas públicas têm um papel extremamente importante para a manutenção e superação de opressões para esse público e é necessária uma articulação entre o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e para que a criação e manutenção de uma agenda pública seja efetivada com mais precisão (MELO;

BRITO; MAROJA, 2011).

3. *Concretização de uma política nacional LGBTI+*

Após vários anos de militância da população LGBTI+ em busca dos seus direitos civis, políticos, sociais e humanos, o Governo Federal definiu em 2004, após a 12ª Conferência Nacional de Saúde, a criação de um Comitê Técnico que seria responsável pela criação da Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), visando garantir direitos a saúde essa população (BRASIL, 2011).

O Governo, também no ano de 2004, lançou o programa Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transexuais e Bissexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, pelo Ministério da Saúde, no qual foi o primeiro programa no país a abordar o tema visando assegurar a cidadania a essa população por meio de políticas, programas e ações contra a discriminação e que promove igualdade de acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 2004).

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2008 executou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo a primeira conferência com esse tema no mundo, reuniu cerca de 600 delegados, dos 26 estados mais o Distrito Federal do país. Teve como objetivo propor políticas públicas voltadas ao movimento LGBTI+ e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia.

Essa Conferência Nacional LGBTI+, ocorre a cada 4 anos, a 2ª Conferência Nacional LGBTI+ ocorreu em 2012, com o tema central *“Por uma país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”*. Foi subdividida em 3 eixos norteadores, sendo o primeiro Análise do contexto nacional e internacional, diagnóstico das políticas públicas e pacto federativo para o enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBTI+, o segundo eixo Avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, com o diagnóstico de cada ação apresentado pelos Ministérios correspondentes, o terceiro eixo Diretrizes para a formulação e para a implementação de políticas de combate à pobreza da população LGBTI+, sendo este eixo o principal desafio

encarado nesta Conferência, buscando auxílio dos movimentos sociais como uma parceria (BRASIL, 2011).

A 3ª Conferência foi realizada nos dias 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília. O tema central foi “*Por um Brasil Que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*” e foi subdividido em 4 eixos, sendo o primeiro Políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBTI+, o segundo eixo Educação, cultura e comunicação em direitos humanos, o terceiro eixo Segurança pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBTI+ e o quarto e último eixo Marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBTI+ (BRASIL, 2016).

A 4ª Conferência Nacional LGBTI+ será realizada em novembro de 2019, contará com a participação de 1.000 delegados e tem como um dos objetivos fortalecer a participação social da população LGBTI+, essa conferência conduz o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas públicas na esfera do Governo Federal, 70% dos participantes são da sociedade civil e 30% do poder público (BRASIL, 2018).

Ainda que aconteça Conferências Nacionais para planejar, implementar e avaliar as políticas para essa população o Brasil está entre o ranking de homicídios com caráter LGBTfóbico, sendo uma média de uma pessoa LGBTI+ assassinada brutalmente ou que se suicida a cada 19 horas em 2017, sem contar os casos que não são notificados e por isso não foram contabilizados, isso comparado aos outros grupos que não sofrem estigmatização por conta da heteronormatividade nos mostra como essa população ainda é desprotegida socialmente (BAHIA, 2017). Segundo Butler (2000), os corpos que fogem da heteronormatividade compulsória são corpos abjetos - que não tem valor para a sociedade, sendo assim sua humanidade questionada.

Segundo Teixeira (2011) a LGBTfobia³ tem aumentado gradualmente nos ambientes escolares no Brasil, sendo assim parte da população LGBTI+ já sofreu ou sofre dentro da escola preconceito e homofobia, sendo diversas vezes excluídos ou isolados e sofrendo violência física e/ou verbal o que ocasiona a evasão escolar (CALIXTO; FRANÇA, 2016).

“De acordo com o Relatório realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – (ABGLT) que entrevistou adolescentes e jovens LGBTs,

³ LGBTfobia: quando alguém sofre preconceito, discriminação ou qualquer outra violência por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

notou-se que 68% já foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola” (CALIXTO; FRANÇA, 2016, p. 2).

É de grande importância a implementação de políticas públicas direcionadas à essa população vulnerável dentro dos determinantes sociais da vida e da saúde, como, o direito a “educação, a moradia, ao lazer, emprego, alimentação e transporte” (BRASIL, 2008). Deve-se ter uma conexão entre todas as políticas sociais para uma maior eficácia e para uma melhoria satisfatória na qualidade de vida.

“Enfrentar a complexidade dos determinantes sociais da vida e da saúde das pessoas e coletividades requer intervir sobre exclusão social, desemprego [...] Requer também o reconhecimento dos fatores que se entrecruzam, maximizando a vulnerabilidade e o sofrimento de grupos específicos. Nesse contexto, todas as formas de discriminação, como no caso da homofobia, devem ser consideradas como situações produtoras de doença e sofrimento. É preciso compreender, por outro lado, que a homofobia não ocorre de maneira isolada de outras formas de discriminação social. Ela caminha ao lado e se reforça pelo machismo, o racismo, a misoginia e todas as formas correlatas de discriminação” (BRASIL, 2008).

Sendo assim, um dos profissionais da área de atuação na assistência social, que pode intervir diretamente com pessoas em situação de vulnerabilidade e discriminação é o Terapeuta Ocupacional.

4. Terapia Ocupacional e a população LGBTI+

O processo de “sair do armário” e se assumir homossexual é um período relevante para a sua autonomia, para sua participação social e para sua própria aceitação, o sujeito constrói sua identidade ao longo do percurso da vida, com uma ênfase na adolescência, quando a sua identidade sexual se afirma (MURASAKI; GALHEIGO, 2016). Ainda segundo Murasaki e Galheigo:

“Compreender o processo de se assumir homossexual e seus impactos no cotidiano de jovens remete à discussão de como as referências normativas para a sexualidade são produzidas social e culturalmente, e são influenciadas por questões de gênero, idade, escolaridade e renda” (p.54).

A sexualidade faz parte da construção do sujeito durante sua vida e a sua orientação sexual pode interferir diretamente no seu cotidiano, seja no âmbito escolar,

laboral, familiar, nas relações sociais e de lazer, podendo passar por situações de constrangimento apenas por não estar dentro do padrão social heteronormativo imposto, o que pode levar esse sujeito a situação de vulnerabilidade social (MURASAKI; GALHEIGO, 2016).

De acordo com Castel (1994), a vulnerabilidade social é um apanhado de questões que coloca o sujeito no papel de se localizar em uma situação incerta e arriscada nas suas atividades laborais, no seu contexto familiar, nas relações sociais e pode resultar em uma interrupção das redes de apoio do sujeito.

O Terapeuta Ocupacional tem um papel de importante e favorável para a vida dos sujeitos LGBTI+, de acordo com Leite JR e Lopes (2017):

“Pressupõe-se que a profissão tem muito a contribuir com essa população, seja na construção de projetos de vida, na ampliação da participação social, no auxílio nas novas atividades/ocupações/afazeres, trabalhando a corporeidade na luta pela ampliação e na garantia da efetivação dos direitos, na interlocução em atendimentos humanizados, independentemente do setor ou serviço” (p.493).

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) prevê em sua resolução Nº 425, de 08 de julho de 2013 no artigo 9º:

“[...] III – promover a saúde e o bem-estar, favorecer a participação e inclusão social, resguardar os valores culturais e prevenir condições sócio-ambientais que impliquem em perda da qualidade de vida do cliente/paciente/usuário/família/grupo/comunidade;

VIII – Contribuir para promover a universalização dos direitos sociais, o respeito e a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, oportunizando no âmbito de sua atividade profissional, o acesso e o exercício dos mesmos;

IX – Contribuir, com seu trabalho, para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, preenchendo e encaminhando formulários oficiais de notificação compulsória ou quaisquer dessas ocorrências às autoridades competentes ou outros quando constatadas;” (COFFITO, 2013).

5. *Qual o papel profissional da Terapia Ocupacional na garantia de direitos as pessoas LGBTI+?*

A Terapia Ocupacional é uma profissão importante para as conquistas e na garantia de políticas públicas e sociais para a população LGBTI+, visto que o terapeuta ocupacional em sua atuação deve:

“estabelecer um diálogo entre microestrutura – seu cotidiano de ações com a sua população-alvo – e a macroestrutura – no aspecto de políticas

sociais – articulando uma política que viabilize o acesso aos direitos para essa população” (MAFITANO, 2005, p.4).

A Terapia Ocupacional tem grande ênfase na vida dos sujeitos dessa população, podendo empoderar, auxiliar nas dificuldades do cotidiano, informar sobre as políticas já existentes, reforçar as redes de apoio, auxiliar nos seus papéis ocupacionais e em um melhor desempenho dos mesmos, sendo capaz de minimizar ou de suavizar os preconceitos pelos quais passam diariamente (LEITE JR; LOPES, 2017).

A cidadania ainda é uma rejeição para uma parte da sociedade, sendo assim, a população LGBTI+ enfrenta problemas habitualmente em busca dos seus direitos na esfera política e jurídica do país por não serem corpos aceitáveis para requerer seus direitos que são dever do Estado. Mesmo com a existência de vários documentos governamentais e eventos para o diálogo entre essa população e o Governo, ainda se tem a grande provocação para que as pautas a favor dos LGBTI+ se tornem políticas públicas efetivas, promovendo cidadania e igualdade de direitos (SOUZA, 2015).

De acordo com Souza (2015), apesar do Brasil ainda estar no ranking de homicídios da população em questão, a caminhada é grande e atual, visto que os índices de homofobia são crescentes. A população LGBTI+ tem se tornado mais visíveis no país, depois de ações do Governo do Partido dos Trabalhadores, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva e a partir de uma organização política maior dessa população, denunciando casos de homofobia, buscando seus direitos civis e sociais, igualdade, liberdade de serem quem são, rompendo com a invisibilidade.

Ainda existem várias barreiras na busca por direitos e políticas públicas, sendo uma delas de um alicerce jurídico. O que tem como barreira uma “disputa ideológica, cultural e social” no legislativo brasileiro por parte da bancada evangélica e do conservadorismo (SOUZA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agenda do Movimento LGBTI+ no Brasil busca várias reivindicações, dentre elas estão a luta pelo direito de poder manifestar suas relações afetivas e sexuais, ter liberdade de expressão da sua orientação sexual e/ou de gênero em espaços públicos, direito ao nome social ⁴ e a alteração do nome nos documentos, acesso a políticas públicas

⁴ Nome escolhido por pessoas transexuais, travestis ou de qualquer outro gênero, diferente do que está em seu documento oficial, que não contempla a sua identidade de gênero.

de saúde e o direito a proteção que é dever do Estado garantir frente á violência contra essa população (CARRARA, 2010 apud PEREIRA, 2016).

A manutenção da agenda pública tem sido um desafio para o Estado, o que interfere diretamente no resguardo dos direitos da população em questão. Considerando a atuação dos Terapeutas Ocupacionais mediante questões políticas, sociais e comunitárias, é tarefa da profissão defender igualdade e justiça social através de uma compreensão ocupacional, contribuindo na facilitação da inclusão ou reinserção de todas as pessoas na sociedade, (PARNEL; WILDING, 2010 apud SALLES; MATSUKURA, 2016).

Compreende-se que o Terapeuta Ocupacional deve ter um olhar sucinto para as populações que estão propensas a vulnerabilidades, para as políticas que são construídas para esse público e para a manutenção das mesmas “possibilitar o acesso a ocupações significativas como um direito não é apenas um tratamento, mas um empenho político” (PARNELL; WILDING, 2016, p.31).

REFERÊNCIAS

BAHIA, G. G. **Relatório anual de assassinato de homossexuais no Brasil (LGBT)**. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em 15 nov. 2018.

BARDI, G., GOMES, G., MONZELI, G., VILELA, J., MACEDO, M.D., SILVA, O.L.R. **Terapia Ocupacional na Assistência Social** (vol.2). Rio de Janeiro: CREFITO, 2015.

BUTLER, J., *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. Ed. São Paulo: Autêntica, 2000. p. 110-127.

CALIXTO, T. G., FRANÇA, M. H. O., *LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente*. In: **Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal. Anais III CONEDU**. Campina Grande: Editora Realize, 2016. v. 1. p. 1-7.

CASTEL, R. *Da indigência à exclusão, a desfiliação – precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional*. In: LACETTI, A. **Saúde e loucura. Grupos e coletivos**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

FERRARI, A. *Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo*. **Revista Brasileira de Educação**, v 25, p. 105-115, Jan /Fev /Mar /Abr, 2004.

FRANCO, L. N. *Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil*. 2017. 29 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%BAblicasBrasil%20%281%29.pdf>> Acesso em 19 de novembro de 2018.

GOMES, J.C.S. et al. Gênero, diversidade sexual e LGBTfobia na escola. In: **Congresso Nacional de Educação, Natal. Anais IV CONEDU**. Campina Grande: Editora Realize, v. 1., 2017, p. 1-8. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA7_ID6461_31082017185947.pdf>. Acesso em 24 ago. 2018.

LEITE JR, J. D.; LOPES, R.E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, p. 481-496, 2017. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1821>>. Acesso em 4 de outubro de 2018.

LINO, T.R. Uma aproximação com uma organização social em rede de jovens universitários LGBTs em Minas gerais. **Revista Enfoque**, v.15, 2016, p.57-73. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/download/12636/8840>> Acesso em: 16 de agosto de 2018.

MALFITANO, A. P.S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo – SP, v.16, n.1, p. 01-08, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13952>> Acesso em 10 de novembro de 2018.

MELLO, L; BRITO, W; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 nov. 2018.

MELO, K.M.M.; MONZELI, G.A.; LEITE JR, J.D. A formação de terapeutas ocupacionais e a questão dos gêneros e das sexualidades. In: **Formação em terapia ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação**. Editora FiloCzar, São Paulo, 2018. p.225-241.

MOLINA, L.P.P, A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v.4. n.8, p. 949-962, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7153>> Acesso em 12 de outubro de 2018.

MURASAKI, A.K, GALHEIGO, S.M. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cadernos Brasileiro de Terapia Ocupacional**, v. 24, n.1. p. 53-68, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1264>> Acesso em 6 de outubro de 2018.

PEREIRA, C.F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v.4, n.1, p. 115-137, 2016. Disponível em <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/307/168>> Acesso em 12 de novembro de 2018.

REIS, T. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SALLES, M.M., MATSUKURA, T.S., Cotidiano, atividade humana e ocupação: Perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. EDUFSCAR, São Carlos – SP, 200 p., 2017.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C.C.C. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político. **VII Jornada Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politicas-publicas-para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

TEIXEIRA, G. **Manual antibullying**: para alunos, pais e professores. Rio de Janeiro: BestSeller, 2011.

TOMICIC, A., et al. Suicídio em populações de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros: uma revisão sistemática de uma década de pesquisa (2004-2014). **Rev. méd. Chile**, Santiago, v. 144, n. 6, 2016, p. 723-733. Disponível em: <<http://www.revistamedicadechile.cl/ojs/index.php/rmedica/article/viewFile/4475/2168>>. Acesso em 21 set. 2017.

ANEXOS

Anexo A – Relação dos documentos oficiais consultados

_____. **Lei nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011.** Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html> Acesso em 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT,** 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 158, de 4 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0158_04_02_2016.html> Acesso em 09 set 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **2ª Conferência Nacional de Políticas públicas e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-2a-conferencia-nacional-lgbt>> Acesso em 22 nov. 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **4ª Conferência Nacional será realizada em 2019.** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/4a-conferencia-nacional-lgbt-sera-realizada-em-2019>> Acesso em 22 nov. 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/cndc-lgbt>> Acesso em 13 nov. 2018.

_____. **Relatório final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/3a-conferencia-nacional-lgbt/deliberacoes/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1>> Acesso em 14 nov. 2017.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>> Acesso em 19 nov. 2018.

BRASIL, **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>> Acesso em 15 nov. 2017.

BRASIL, ONU aponta o Brasil como referência Mundial no controle de AIDS. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2015/07/onu-aponta-o-brasil-como-referencia-mundial-no-controle-da-aids>> Acesso em 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009. Cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm > Acesso em 10 out 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 14 de abr. 2018.

COFFITO, Resolução N° 425, de 8 de julho de 2013. Disponível em:
<<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3188>> Acesso em 15 de out. 2018.

Anexo B – Tabela

TABELA I: Trajetória das ações estatais voltadas para a população LGBT em âmbito federal (PEREIRA, C. F. 2016).

Ação	Natureza da Ação	Ano
Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1988
Programa Nacional de Direitos Humanos I	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos.	1996
Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos	1997
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época), o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.	2002
Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004

I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade a pauta lésbica	2008
Programa Nacional de Direitos Humanos III	O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.	2009
I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e DH de LGBT e Transexuais	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contem 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBT.	2009
Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT. Surge também para atender aquilo que o Movimento LGBT chama de “tripé da cidadania” (Plano / Coordenadoria / Conselho).	2009
Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.	2010
Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia	Por meio de Decreto, o presidente Lula instituiu o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.	2010
Disque 100 – Direitos Humanos	O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação	2011

	telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.	
Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como: produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.	2011
II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Convocada pela presidenta Dilma Rousseff, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT.	2011
Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Documento composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBT. Ainda contou com a publicação das diretrizes e moções aprovadas na II Conferência Nacional	2012
Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	A Portaria nº 19 de 17 de maio de 2012, publicada no DOU, cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura. O Comitê conta com membros da sociedade civil organizada.	2012
Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011 e 2012	Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB), que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lança, no ano de 2012, o balanço da violência contra LGBT em 2011. Esse mapeamento da homofobia no Brasil foi necessário para implementação de políticas de enfrentamento a ela. No ano seguinte, em 2013, publica os dados de 2012	2012 e 2013
Lançamento do	Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a	2013

Sistema Nacional LGBT	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lança o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que tem por objetivo a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais, afim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro.	
Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT	No âmbito do Sistema Nacional LGBT e em articulação com o Fórum Nacional de Gestores/as LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos instalou esse Comitê visando aproximar gestores/ as da política LGBT em todo o país e articular um pacto federativo das políticas LGBT atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais	2014
Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes	Considerando os altos índices de violências e violações de direitos humanos na internet, o Governo Federal lança o Humaniza Redes como um canal de denúncias online que encaminha as ocorrências para setores responsáveis pela apuração e punição dos atos. A política prevê em seus eixos, trabalho preventivo com campanhas online, em especial nas redes sociais populares como Facebook e Twitter	2015
III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais	Diferentemente das outras vezes, a III Conferência Nacional LGBT aconteceu em abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Dessa experiência resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito Federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment (2016). O tema deste terceiro	2016

	<p>processo conferencial foi “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.</p>	
--	--	--